

# Plano de Actividades 2013



## Enquadramento

No dia 26 de Janeiro de 2012 foi eleita a actual Direcção<sup>1</sup> da Plataforma Portuguesa das ONGD, aproximando-se por isso o final do primeiro ano do seu mandato que decorreu num contexto nacional marcado pela crise financeira que domina o nosso quotidiano e que tantas vezes serviu de alibi fácil para quem politicamente tutela a Cooperação Portuguesa justificar a inacção, a falta de rumo e a incoerência das poucas medidas efectivas tomadas nesta área.

O ano que agora termina foi por isso de grandes dificuldades e desafios para todos os agentes que intervêm na Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária e de Emergência. As ONGD, estendendo a sua actuação a diversas áreas, quer a nível nacional quer internacional e assumindo um papel cada vez mais importante, ainda que muitas vezes pouco valorizado, no âmbito da economia social, têm uma noção clara dos efeitos e consequências da crise económica e financeira.

Ao longo deste ano, as ONGD e a Plataforma participaram activamente na definição de propostas concretas, por diversas vezes apresentadas à tutela, visando debater modelos alternativos de financiamento da Cooperação Portuguesa e alertando para o risco de facilmente se desestruturar um percurso de crescimento e evolução positiva da cooperação portuguesa na última década.

Este fortíssimo trabalho de *advocacy* terá forçosamente de ser continuado e reforçado em 2013, reflectindo-se de diferentes formas nos vários eixos que compõem o presente Plano de Actividades.

Como organizações da Sociedade Civil, as ONGD continuam a sofrer perante a ausência de uma interlocução política forte e com o corte generalizado dos financiamentos disponíveis para os seus projectos, quer atribuídos através de organismos públicos quer de fundos privados. Apesar da capacidade de adaptação que caracteriza o trabalho das ONGD, muitas têm sido obrigadas a reestruturar os seus planos de actividade, suspendendo em muitos casos alguns dos projectos que tinham em execução e recuando para patamares mínimos de desenvolvimento das suas actividades. Em poucos meses conseguiram-se tornar reversíveis os resultados de esforços de décadas, numa situação inédita em mais de 25 anos de existência enquanto movimento organizado.

Perante esta dura realidade, a Direcção da Plataforma definiu 5 eixos prioritários de intervenção para o seu mandato, que se manterão por isso como a base para este Plano de Actividades para 2013:

1. Reforço da intervenção da Plataforma e das suas Associadas em *lobby* e *advocacy*, designadamente na participação e influência no processo de criação e execução de uma Política Pública de Cooperação;

---

<sup>1</sup> Pedro Krupenski (Oikos – Cooperação e Desenvolvimento) – Presidente; Inácia Rebocho (Monte – Desenvolvimento Alentejo Central - ACE); João Martins (ADRA – Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência); João Rabaça (TESE – Associação para o Desenvolvimento); Liliana Azevedo (ACEP – Associação para a Cooperação entre os Povos); Teresa Paiva Couceiro (Fundação Gonçalo da Silveira); Luís Alfaro Cardoso (Associação Tropical Agrária)

2. Definição de uma orientação estratégica para a Plataforma através da criação de um Plano Estratégico de médio/longo prazo;
3. Reforço das ONGD associadas, designadamente no que diz respeito a:
  - Independência e diversificação na geração de receitas;
  - Ética e Transparência (Princípios de Istambul) e Código de Conduta para as ONGD;
4. Capacitação dos Recursos Humanos das ONGD Associadas, Sensibilização da Opinião Pública e realização de Seminários *multi-stakeholders*, implementando o contrato-programa entre a Plataforma e o IPAD (actual Camões – Instituto da Cooperação e da Língua), em vigor até Outubro de 2013;
5. Reforço da participação da Plataforma e das suas Associadas no debate e concertação internacionais sobre os principais temas em que intervêm.

A operacionalização destes eixos tem tido e continuará a ter em conta as preocupações manifestadas pelas Associadas da Plataforma, nomeadamente:

- Que as acções de *lobby* e *advocacy* deverão também incluir como destinatários as Instituições de Ensino Superior;
- A *advocacy* deverá ser, sempre que possível, implementada de forma conjunta e assumindo sempre uma vertente propositiva;
- Deverá criar-se o hábito de realizar anualmente um seminário sobre o estado actual da Cooperação para o Desenvolvimento, Ajuda Humanitária e de Emergência e de Educação para o Desenvolvimento em Portugal;
- A Direcção deverá assegurar um processo mais célere de comunicação interna;
- A Direcção deverá promover a revisão da quotização nacional indexando-a ao serviço prestado pela Plataforma.

**O Lobby e a Advocacy** foram, são e continuarão a ser duas áreas essenciais para que a Plataforma, como agente que oficialmente representa as ONGD portuguesas, concretize o seu papel de interlocutor do Estado e de outros parceiros institucionais públicos e privados, no diálogo com estas organizações. Esta vertente operacional do nosso trabalho passa por uma intervenção junto de todos os órgãos relevantes do Estado e do Governo, na defesa de uma visão para a Cooperação Portuguesa que se materialize em Políticas Públicas construídas no respeito pelos princípios internacionais partilhados pela Sociedade Civil e reflectindo as disposições que constam dos Princípios internacionais sobre a Eficácia da Ajuda e do Desenvolvimento.

**A definição de um Plano Estratégico para a Plataforma** assume-se cada vez mais como uma necessidade premente, quer para reafirmar a sua identidade, quer para influenciar a forma como os diferentes *Stakeholders* percebem o seu papel (e das ONGD), permitindo melhorar a nossa capacidade de intervenção e o impacto e sustentabilidade das actividades que desenvolvemos enquanto actores da Sociedade Civil.

O difícil contexto nacional, anteriormente caracterizado, levou a que outras prioridades se impusessem ao longo de 2012, não tendo ainda possível prosseguir com este processo, iniciado em Novembro de 2011. No entanto, foi já partilhado com as nossas Associadas o Road Map para a definição deste Plano Estratégico, composto por 5 momentos em que, começando

já em Dezembro de 2012 e continuando ao longo de 2013, será debatido um conjunto de questões essenciais para que seja definido, da forma mais participada e inclusiva possível, um documento que claramente defina um rumo para a Plataforma, incorporando os desafios do mundo actual e os valores perenes que sempre defendemos.

**A independência financeira da Plataforma (e das ONGD)** em relação aos fundos públicos, cada vez mais escassos, continua a ser um dos objectivos mais prementes e urgentes que enfrentamos. Reforçamos que não se trata aqui somente de encontrar alternativas de financiamento e co-financiamento, nacionais ou internacionais. Obviamente que o acesso regular a linhas de co-financiamento é importante e potencia o trabalho das ONGD. Mas uma verdadeira independência financeira passa, sobretudo, por conseguir ultrapassar a barreira dogmática em que muitas vezes se torna a natureza não lucrativa deste trabalho e que acaba por se tornar num factor limitador de um crescimento organizacional cada vez mais necessário. Tal como as OSC defendem que as empresas devem assumir uma componente de responsabilidade social em todas as vertentes da sua actividade, também o sector da economia social, e as ONGD em particular, deve cada vez mais, incorporar um visão organizativa mais empresarial, quer em termos de funcionamento interno, quer numa perspectiva de promoção de uma marca social forte e facilmente identificável externamente como representativa de determinados valores e objectivos que devem ser promovidos.

As ONGD têm de se adaptar às exigências de um mundo cada vez mais competitivo e às expectativas dos seus “clientes” (os financiadores) para que possam continuar a cumprir a sua missão de apoio às comunidades mais necessitadas sem pôr em causa a integridade das suas organizações e das suas causas. Contudo, a necessidade de procurar novos recursos não pode ocultar o direito da Sociedade Civil a aceder a fundos públicos, reconhecido em todos os *fora* de que Portugal faz parte e com que está comprometido e uma prática que parecia já inquestionável.

Esta reflexão estratégica, que pretende posicionar claramente as ONGD na Cooperação Portuguesa e relevar a sua importância e capacidade organizativa e operacional, passará essencialmente pelo debate sobre:

- **Fora internacionais:** Quais os temas em debate nos principais *fora* internacionais no sector da cooperação, nomeadamente os participados pela Plataforma. Quais as implicações desses debates e que posições podem/devem ser assumidas.
- **Novos modelos e oportunidades de financiamento:** A angariação de receitas pelas ONGD, para além das provenientes de fontes de financiamentos “tradicionais”, é uma prioridade para a sua actividade sustentável.
- **Sinergias e Parcerias entre as ONGD:** Perante as mudanças actuais do sector, em que medida e como podem as sinergias e parcerias ser uma oportunidade.
- **Modelos de Governação e Estruturação:** Com um sector da cooperação em Portugal relativamente pequeno, como promover modelos de governo que apoiem a organização, alarguem a sua representatividade e promovam a transparência e “rotatividade” (governação). Face aos desafios de financiamento da estrutura das organizações, como podem as organizações

partilhar serviços ou promover o aumento da oferta de serviços de terceiros dirigidos às suas especificidades (ex. bancários, legais, comunicação e imagem, etc).

Outra questão importante que será integrada neste debate tem a ver com a incorporação no trabalho e procedimentos internos da Plataforma e das ONGD de um conjunto de princípios básicos de transparência, em linha com as discussões internacionais que levaram, por exemplo, à elaboração dos Princípios de Istambul. A criação, em 2011, de um Grupo de Trabalho (GT) interno sobre Ética surgiu também pela necessidade de promover uma reflexão sobre um conjunto de questões éticas relacionadas com as práticas das ONGD, analisando as boas práticas internacionais sobre este tema e lançando bases para o processo de criação de um Código de Conduta, cuja construção deverá ser o mais inclusiva possível, de modo a que todas as Associadas se possam rever nele e incorporar naturalmente as suas disposições nas suas práticas diárias.

O **funcionamento dos 5 Grupos de Trabalho (GT) internos**<sup>2</sup> continua a ser um dos elementos mais importantes para a dinamização do funcionamento da Plataforma e para a aproximação das suas Associadas, contribuindo para afirmar a vitalidade e capacidade de intervenção das ONGD nos seus vários domínios de intervenção. O envolvimento activo das Associadas nestes GT é por isso essencial, porque fomenta a troca de ideias, experiências e boas práticas e solidifica uma cultura de parceria entre organizações, aspecto que será cada vez mais importante para tornar mais eficaz e efectivo o impacto das intervenções das ONGD.

Um dos principais objectivos do trabalho da Plataforma, que está presente em todas as dimensões das suas intervenções, é **a valorização do trabalho das ONGD**, quer procurando contribuir para a capacitação dos seus Recursos Humanos, quer apostando na Sensibilização da Opinião Pública para a relevância e impacto das suas actividades e para importância das causas que defendem, quer ainda criando oportunidades de contacto entre as ONGD e outros *stakeholders* relevantes nas suas áreas de intervenção, numa óptica de **promoção de parcerias multiactores** que permita valorizar as competências específicas de cada entidade, complementando-as.

A Cooperação para o Desenvolvimento não está obviamente imune à evolução global de todas as vertentes da sociedade mundial. O **entendimento das dinâmicas actuais na área da Cooperação** passa, também, por um contacto próximo com as discussões e debates que ocorrem a nível Europeu e extra Europeu. A definição das políticas de Cooperação a nível nacional tem necessariamente de reflectir o facto de Portugal fazer parte de um conjunto de estruturas transnacionais onde se definem os princípios gerais que todas as estratégias de cooperação devem cumprir, assegurando uma verdadeira Coerência das Políticas para o Desenvolvimento. Este acompanhamento tem um palco privilegiado no funcionamento da CONCORD que, através dos seus vários GT, monitoriza e participa em todas as discussões

---

<sup>2</sup> Ajuda Humanitária e de Emergência; Aid Watch; Educação para o Desenvolvimento; Ética; Recursos Humanos para a Cooperação

internacionais relevantes para as ONGD, influenciando o sentido das decisões que são tomadas a nível da Comissão Europeia.

O envolvimento da Plataforma e das suas Associadas nestes debates é essencial para podermos influenciar as posições de Portugal face a estas discussões, relevando o papel das ONGD Portuguesas no seio da Sociedade Civil Europeia.

O reforço da **Comunicação para o Desenvolvimento** é uma componente cada vez mais importante para formar na opinião pública uma imagem clara da relevância e impacto do trabalho que as ONGD desenvolvem. A Plataforma tem um papel importante neste domínio, como instrumento de divulgação do trabalho das suas associadas e também pela capacidade que tem de promover o contacto entre as ONGD e outros actores da Cooperação.

## Operacionalização

Para uma eficaz **operacionalização dos 5 eixos de orientação estratégica da Plataforma**, a Direcção, valorizando a autonomia e dinâmica dos Grupos de Trabalho e do Secretariado, mantém contudo um acompanhamento próximo do seu funcionamento. Nesse sentido tem mantido uma divisão das áreas de trabalho em pelouros, distribuindo-os da seguinte forma pelos elementos que compõem a Direcção:

### Pelouros:

- Representação Externa e Advocacy: *Pedro Krupenski*
- Coordenação da orientação estratégica da Plataforma: *João Rabaça*
- Ligação com as Associadas (capacitação e comunicação interna): *Inácia Rebocho e Luís Alfaro Cardoso*
- Comunicação Externa e Sensibilização da Opinião Pública: *Liliana Azevedo*
- Gestão Financeira: *João Martins*
- Ligação com o Secretariado: *Teresa Paiva Couceiro*

### Ligação aos Grupos de Trabalho:

- Aid Watch - *Pedro Krupenski*
- Educação para o Desenvolvimento - *Teresa Paiva Couceiro*
- Ajuda Humanitária e de Emergência - *João Martins*
- Ética - *João Rabaça*
- Recursos Humanos para a Cooperação – *Pedro Krupenski*

### Participação Internacional nos Grupos de Trabalho da CONCORD:

- Representação externa nas Reuniões Gerais da CONCORD – *Pedro Krupenski*
- FDR (Funding for Development and Relief of NGOs) - *João Martins*
- Aid Watch – *Fátima Proença (definido pelo GT Aid Watch da Plataforma)*
- DARE (Development Awareness Raising and Education Forum) – *Ana Santos (Definido pelo GTED da Plataforma)*

O representante da Plataforma na Comissão de Acompanhamento da ENED será Jorge Cardoso, da Fundação Gonçalo da Silveira, escolha feita pelo GTED da Plataforma.

A assinatura do Contrato Programa (CP) entre a Plataforma Portuguesa das ONGD e o IPAD, em Outubro de 2009, tem permitido nos últimos anos assegurar meios financeiros mais sólidos para a implementação de um conjunto estruturado de actividades. No entanto, 2013 será o último ano de execução deste CP e o corte inusitado, sem qualquer enquadramento ou justificação do subsídio de funcionamento à Plataforma, por parte do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, torna ainda mais urgente a procura de fontes alternativas de financiamento que permitam a continuidade do trabalho sustentado que temos procurado implementar. A negociação de um novo Contrato Programa pó 2013 é uma possibilidade, que tem encontrado alguma abertura junto da Direcção do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua (CICL), mas ganha cada vez mais relevância consolidar parcerias que já em anos anteriores têm funcionado e procurar novos caminhos de colaboração.

### **Prioridades de acção para 2013**

**O objectivo global do Plano de Actividades é relevar o papel da Plataforma e das ONGD no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária, reforçando a sua capacidade de intervenção e de influência junto de outros actores que trabalham nesta área.**

**Eixo 1** - Reforço da intervenção da Plataforma e das suas Associadas em lobby e advocacy, designadamente na participação e influência no processo de revisão de uma Política Pública de Cooperação;

### **Actividades previstas**

- Continuar a acompanhar activamente o processo de revisão da Estratégia da Cooperação Portuguesa. A SENEK deverá apresentar em breve uma proposta de documento que concretiza esta revisão. O documento será depois apresentado pelo MNE, para discussão e aprovação, na Comissão Interministerial para a Cooperação. A Plataforma irá continuar a acompanhar activa e atentamente este processo, envolvendo as Associadas na monitorização deste documento.
- Reforçar a intervenção junto das Comissões Parlamentares de Negócios Estrangeiros e de Orçamento e Finanças, bem como dos vários Grupos Parlamentares, continuando a fomentar um debate regular sobre as políticas de Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária. Visamos também nesta vertente que os deputados exerçam efectivamente o poder de fiscalização da acção do Governo que constitucionalmente lhes é atribuído com o objectivo global de aumentar o peso e prioridade política destas temáticas

- Participar em futuras edições do Fórum da Cooperação, procurando influenciar a redefinição do seu regulamento e modelo funcional de modo a que este se assuma como um instrumento efectivo de participação do conjunto dos actores que intervêm na Cooperação Portuguesa na definição das suas Políticas Públicas.
- Continuar a promover a importância da Educação para o Desenvolvimento como área essencial para o sucesso das Políticas de Cooperação.
- Manter o papel activo da Plataforma e das suas Associadas na implementação da ENED e do seu Plano de Acção, nomeadamente através da participação na Comissão de Acompanhamento da sua execução.
- Manter a participação dos grupos de trabalho nas actividades de *advocacy* da Plataforma, estando atentos aos desenvolvimentos das orientações políticas nacionais e internacionais na matéria, reagindo sempre que for considerado relevante. Neste âmbito, será promovido um conjunto de reflexões temáticas entre as ONGD do GT que darão origem a documentos específicos a difundir através dos meios de comunicação da Plataforma.
- Intensificar o trabalho de *lobby* e *advocacy* no âmbito do funcionamento do Grupo de Trabalho Aid Watch, continuando a aprofundar a análise da APD portuguesa, quer em termos qualitativos como quantitativos, dando sequência ao lançamento recente do *Relatório Aid Watch 2012 – Uma leitura da Cooperação Portuguesa desde 2003* e intervindo junto do Estado Português no sentido de o manter vinculado aos compromissos assumidos internacionalmente. Manteremos também a participação na construção do relatório Aid Watch da CONCORD.
- Elaborar um estudo temático sobre “*Os Novos Objectivos de Desenvolvimento: Contributos da Sociedade Civil para a Agenda Pós 2015*”, em que procuraremos perceber o que não foram atingidas a maioria das metas definidas no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e, conseqüentemente, o que esta nova Agenda de Desenvolvimento deve preconizar para que não sejam cometidos os mesmos erros.
- Organizar, no âmbito das actividades do GT de Recursos Humanos para a Cooperação, as Jornadas de Gestão de Voluntários Internacionais, com o objectivo de reflectir sobre as diferentes fases dos projectos de voluntariado, promovendo a partilha de boas-práticas entre as organizações que actuam nesta área.
- Promover um levantamento dos principais problemas que as ONGD enfrentam com o estatuto de Agente da Cooperação, com o objectivo de posteriormente apresentar este assunto junto do CICL, do SENEK e da Assembleia da República para que possa ser dada uma resposta aos problemas identificados e, eventualmente, ser proposta uma alteração legislativa para esse efeito.
- Continuar a estimular o envolvimento das Associadas da Plataforma no debate e definição de posições comuns relativamente às matérias nacionais e internacionais



com impacto no seu trabalho. Isto poderá envolver a organização periódica de sessões de trabalho, que permita às ONGD contribuir efectivamente para a discussão dos temas em que a Plataforma intervém.

- Reforçar o trabalho de *advocacy* junto dos *media*, através nomeadamente de produção e divulgação de informação de qualidade, da criação de oportunidades de contacto com parceiros dos países com que cooperamos e da realização de acções específicas para jornalistas. Neste âmbito, na sequência do êxito da tertúlia organizada em Outubro de 2012 sobre Media e Desenvolvimento, será organizado um evento semelhante mas que permita um debate mais extenso sobre o tema.
- Lançar a revista electrónica quadrimestral, que conjugará artigos de reflexão e de actualidade sobre o sector, direccionada a agentes da cooperação e decisores políticos. O objectivo é reforçar o papel da Plataforma e das ONGD como *opinion makers*, apoiando o seu trabalho de *advocacy*.

**Eixo 2** - Definição de uma orientação estratégica para a Plataforma através da criação de um Plano Estratégico de médio/longo prazo;

#### **Actividades Previstas**

- Implementar o processo de definição do Plano Estratégico, com base num Road Map (em anexo) composto por 5 sessões de trabalho:
  - **1 – As ONGD e o mundo contemporâneo: O que somos?**
  - **2 – A Plataforma: O que é/o que queremos que seja?**
  - **3 – A Plataforma: Como vamos chegar ao que queremos ser?**
  - **4 – Validação das conclusões**
  - **5 – Votação e aprovação em Assembleia-geral**
- Cada um dos momentos ocupará metade de um dia de trabalho e será conduzido por um(a) facilitador(a), orientados com documentação prévia e atempadamente enviada às Associadas. De cada momento resultará um documento de conclusões, elaborado por um(a) relator(a), que será posteriormente partilhado por todos os participantes.
- O processo de elaboração deste Plano deve ser desenvolvido de forma o mais participativa possível, de modo a que as ONGD se possam rever nas suas disposições e possam contribuir activamente para a sua concretização.

**Eixo 3** – Reforço das ONGD associadas, designadamente no que diz respeito a:

- Independência e diversificação na geração de receitas;
- Ética e Transparência (Princípios de Istambul) e Código de Conduta para as ONGD.

- Fazer um levantamento de boas práticas, a nível nacional e internacional, no que diz respeito a estratégias de *Angariação de Fundos*, construindo propostas/modelos adequados ao contexto nacional.
- Organização de um conjunto de Workshops sobre a Qualidade da Ajuda e do Desenvolvimento, numa perspectiva de auto-avaliação da Eficácia do Trabalho das Organizações da Sociedade Civil e abordando os seguintes temas:
  - Agenda Pós-Busan
  - Mecanismos de Transparência na Sociedade Civil
  - Importância da definição de Códigos de Auto-regulação
  - Avaliação da Qualidade da Ajuda e Avaliação Inter-Pares
  - Importância dos Princípios de Istambul
- Promover a divulgação, adaptação e adopção dos Princípios de Istambul: criação de cartas de compromisso, assinatura pública e divulgação; Criação de um conjunto de critérios/indicadores de avaliação/monitorização que permitam uma *peer review* à apropriação destes princípios por parte das ONGD.
- Estimular um debate sobre “Modelos de Governação e Estruturação”, com o objectivo de refletir sobre que tipo de modelo de governo (aplicáveis às ONGD) podem melhor apoiar a organização, alargar a sua representatividade e promover a transparência e rotatividade (governação). Face aos desafios de financiamento da estrutura das organizações, de que forma é que elas poderão partilhar serviços ou conseguir aumentar a oferta de serviços de terceiros que respondam às suas especificidades (ex. bancários, legais, comunicação e imagem, etc).
- Contribuir para a dinamização do GT de Ética, como elemento promotor da construção de um Código de Conduta para as ONGD da Plataforma, cuja subscrição pública deverá ser, depois de aprovado pelas Associadas, incluída nos critérios de adesão à Plataforma.

**Eixo 4** – Capacitação dos Recursos Humanos das ONGD associadas, Sensibilização da Opinião Pública e realização de Seminários *multi-stakeholders*, implementando o Contrato-Programa entre a Plataforma e o IPAD, em vigor até Outubro de 2013.

#### **1 - Capacitação dos Recursos Humanos**

- A definição do Programa de Formação procura responder às necessidades mais prementes das ONGD e responder aos desafios colocados pelo actual contexto nacional e internacional. Por essa razão este Programa de formação poderá sofrer alterações ao longo do ano, incluindo outras áreas.

Para 2013, no âmbito do Contrato-Programa, estão previstas as seguintes formações:

- a) Formação em Elaboração de Candidaturas a Subvenções da UE - 32 horas
- b) Formação em Planeamento Estratégico das organizações (missão, visão e valores base, opções estratégicas, desafios internos) – 32 horas

- c) Formação sobre questões legais, estatuto das ONGD e benefícios fiscais a ele associado – 10 horas
  - d) Formação em Estratégias de Comunicação para a Mudança Social – 20 horas
  - e) Formação em Ética e Responsabilidade Social – 8 horas
  - f) Formação em estratégias de Angariação de Fundos e Fontes alternativas de Financiamento – 20 horas
  - g) Formação sobre “The EU Corridor of Power” – 16 horas
  - h) Formação em Estratégias de Lobby e Advocacy – 20 horas
  - i) Formação em Parcerias entre ONGD e Empresas – 16 horas
  - j) Formação sobre o Reforço das Parcerias Norte/Sul – 16 horas
- Em complemento a este Programa de Formação será apresentado um projecto à Fundação Gulbenkian com vista a prosseguir igualmente com a organização de um conjunto de Formações ministradas por consultores internacionais;
  - Elaboração de um **Estudo Temático sobre o peso das ONGD no âmbito da Economia Social;**

## 2 - Sensibilização da Opinião Pública e realização de Seminários multi-stakeholders

- **Actualizar a versão digital da 3.ª edição do “Guia das ONGD”,** lançado em 2012, mantendo-o como um instrumento acessível a todas as instituições que queiram conhecer as ONGD que fazem parte da Plataforma e o trabalho que estas desenvolvem.
- **Intervir junto de públicos-alvo específicos,** procurando divulgar o trabalho das ONGD e criando hipóteses de cooperação entre diferentes actores com o objectivo de melhorar a coordenação e complementaridade entre eles:
  - **Realizar um Seminário de dia e meio, em parceria com a UNRIC (Centro Regional de Informação das Nações Unidas),** concretizando uma espécie de Fórum da Sociedade Civil, com a participação de diferentes entidades, nacionais e internacionais. Este seminário deverá incluir um conjunto de sessões plenárias e debates paralelos e será organizado em colaboração de uma universidade nacional.
  - **Realizar um Seminário sobre “Pobreza e Direitos Humanos”** (em que a óptica a adoptar será a promoção do direito ao desenvolvimento), que incluirá um conjunto de oradores de diferentes sectores da Sociedade Portuguesa.
  - **Realizar um Seminário em parceria com a ELO,** dando sequência ao trabalho conjunto iniciado em 2012. Neste âmbito, a Plataforma participará também na organização e dinamização do Grupo de Trabalho sobre as Empresas como Actores de Desenvolvimento, no contexto de um Congresso que será organizado em Abril pelo Instituto Marquês de Vale Flôr;

- **Realização de acções específicas destinadas aos jornalistas**, procurando perceber qual a melhor forma de lhes transmitir mensagens que sejam não só eficazes para a opinião pública mas que despertem o interesse dos *media*: ex. Tertúlia “O Desenvolvimento e os OCS em Portugal”
- Continuar com a aproximação a outros *Stakeholders* da Cooperação, apostando nomeadamente **na solidificação das colaborações com a Academia**, com o objectivo concreto de potenciar o conhecimento e a investigação académica em áreas específicas que permitam apresentar soluções concretas para determinadas vertentes da promoção de um desenvolvimento sustentável. Pretende-se assim colocar a ciência ao serviço do combate à pobreza.
- Concluir a **reformulação dos meios de Comunicação da Plataforma**: Logótipo, *Website* e *newsletter*, tornando a informação menos pesada e mais apelativa. Serão disponibilizados novos conteúdos que permitam chegar de forma mais eficaz aos públicos-alvo específicos, nomeadamente através de uma Revista Quadrimestral.
- Continuar com a implementação do **Ciclo de Cinema pelos Direitos e Desenvolvimento**, em parceria com o UNRIC, apresentando filmes com ligações a temas trabalhados pelas ONGD e promovendo em cada sessão um debate sobre o tema em questão, com a participação de convidados nacionais e internacionais.
- **Aprofundar a parceria com os media**, nomeadamente com a RTP2, através do Programa Sociedade Civil, e com a RDP, com o programa “1 minuto pelo desenvolvimento”.
- **Promover a criação de blogues temáticos** que permitam funcionar como repositório de documentos relacionados com as áreas de intervenção de alguns GT da Plataforma (p. ex. relatórios Aid Watch, publicações sobre ED) e simultaneamente como espaços colectivos e interactivos de reflexão, em que o público em geral possa deixar os seus comentários e lançar outros temas para debate;

**Eixo 5** - Reforço da participação da Plataforma e das suas Associadas no debate e concertação internacionais sobre os principais temas em que intervêm.

#### **Actividades Previstas**

- Analisar e identificar organizações europeias e internacionais com as quais faça sentido, do ponto de vista estratégico, criar alianças, parcerias, colaboração, com vista a reforçar a capacidade de acção, de intervenção, de conhecimento da Plataforma;
- Perceber, em conjunto com as Associadas quais os principais temas de debate a nível internacional mais relevantes e que implicações têm para o trabalho das ONGD e da Plataforma, definindo posições comuns como que contribuam para valorizar a participação nacional nos fóruns em que participamos;
- Intervir concertadamente com outras organizações, nomeadamente de outros países da CPLP, em defesa dos princípios que regulam o sector;

- Manter a Plataforma activa no contexto da CONCORD, continuando a acompanhar os Grupos de Trabalho Aid Watch, Financiamento do Desenvolvimento (FDR), Fórum de Educação para o Desenvolvimento e o Open Fórum sobre a eficácia do trabalho das ONGD;
- Construir, através do Grupo Aid Watch, um contributo nacional para o debate sobre CSO Effectiveness (Eficácia do Trabalho das OSC) que tem sido levado a cabo nos últimos 2 anos no âmbito do Open Fórum;
- Manter, no âmbito do Grupo de Trabalho de Educação para o Desenvolvimento, o envolvimento no DARE Fórum da CONCORD, acompanhando a discussão dos temas internacionais e procurando utilizar as boas práticas internacionais na área de ED como um reforço para o trabalho de *advocacy* a nível nacional.